Os Distintos Comuns: Tecituras Teóricas e a Emergência de Racionalidades Ambientais

The Distinct Commons: Theoretical Weaving and the Emergency of Environmental Rationalities

TALITA DE FÁTIMA PEREIRA FURTADO MONTEZUMA

Professora do Curso de Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Membro do Grupo de Pesquisa Tramas, vinculado à Universidade Federal do Ceará, Pesquisadora em Direito Socioambiental.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4316-1173>

RAQUEL MARIA RIGOTTO

Professora Titular do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7460-3221>

RESUMO: O acirramento dos conflitos socioambientais demanda novas formas de compreensão dos regimes de apropriação, manejo e gestão dos bens ambientais. A teoria dos recursos comuns de E. Ostrom realizou uma crítica à tese da Tragédia dos Comuns e aos pressupostos de eficiência da propriedade privada, mas enfatizou os dilemas da ação coletiva e a configuração de arranjos institucionais. No campo de estudos, prevalece a compreensão dos comuns como os recursos ambientais em si, o qual a forma jurídica dedica-se a enquadrar nas normas administrativas de titularidade pública ou privada, reduzindo sua dimensão relacional. Na última década, um conjunto de literatura e de experiências de mobilizações sociais reivindicam a defesa dos comuns como base para proteção do ambiente. O artigo objetiva revisar criticamente a abordagem da teoria dos recursos comuns para investigar eventuais correlações e distinções com a emergente gramática dos comuns nos marcos de uma racionalidade socioambiental emergente, a qual se pretende caracterizar. O estudo realiza revisão de literatura, articulando a teoria de E. Ostrom, com as recentes perspectivas de Dardot e Laval e pesquisadores latino-americanos. Nos resultados, argumenta-se pela necessidade de superação do individualismo metodológico, a importância de incorporar pressupostos da ecologia política e de estudos em profundidade que compreendam o caráter constitutivo das dimensões culturais e simbólicas das relações com o ambiente. Realiza-se uma sistematização desta emergente categoria dos comuns enquanto conceito relacional, não mercantil, instituinte, diversificado em relações em solidariedade, cooperação, convivialidade, ancestralidade e interdependência.

PALAVRAS-CHAVE: Manejo de bens comuns; comuns; racionalidade ambiental.

ABSTRACT: The aggravation of socioenvironmental conflicts demands new approaches to understand appropriation regimes, management and administration of environmental goods. E. Ostrom's Common Pool Resources Theory presents a critique to the thesis of Common's Tragedy and to the efficiency suppositions of private property, but highlighted dilemmas of collective actions and the composition of institutional arrangements. In the study field prevails the understanding of the commons as the natural resources *per se*, while juridical form tends to frame it on administrative norms of public or private entitlement, reducing its relational dimension. Over the last decade, a set of publications and experiences from social movements claimed for the defense of commons as the base to environmental protection. This article aims to critically review the approach of common pool resources theory to investigate eventual correlations and distinctions with the grammar of commons over the touchstones of an emergent socioenvironmental rationality, still to be categorized. The present study reviews the literature about it, articulating the theories of E. Ostrom, as well as the recent perspectives of P. Dardot and C. Laval and of Latin American researchers with empirical basis. Over the results it is discussed the necessity of overcoming the individualistic methodology, the importance of incorporating political ecology suppositions as well as deep studies which enhance the constitutive nature of cultural symbolic dimensions in the relations developed with the environment. It is built a systematization of such emergent category of commons as relational concept, non-commercial, instituting, diverse while applied to bonds of solidarity, cooperation, coexistence, ancestry and interdependence.

KEYWORDS: Common pool resources management; commons; environmental rationality.

SUMÁRIO: Introdução; 1 As influências da teoria dos recursos comuns: avanços e inconvenientes; 1.1 Da Tragédia dos Comuns à reinvenção dos comuns: a crítica da propriedade privada; 1.2 A teoria da ação racional limitada e o individualismo metodológico: a restrição dos termos do debate; 2 A emergência dos comuns: proposições em diálogo; 2.1 O comum de mãos dadas com a ecologia política; 2.2 Os comuns como relação social; 2.3 O comum como relação e prática não mercantil; 2.4 O comum enquanto racionalidade ambiental e ação política instituinte; 2.5 Os comuns como realidades culturais passíveis de múltiplas caracterizações; Considerações finais; Referências.

INTRODUÇÃO

Em 2001, o texto de Naomi Klein, *Reclaiming the commons* (2001) apontou para a multiplicidade de movimentos e campanhas antiprivatização no mundo e a existência de um fio partilhado entre eles: a defesa dos comuns como elemento de articulação entre mobilizações sociais de ambientalistas, estudantes, movimentos de oposição à privatização dos serviços públicos, redes de pequenos agricultores, entre outros¹.

1 A autora identifica nas mobilizações horizontais e de rua enfrentamentos ao pacote de ajustes econômicos neoliberais, o qual denomina de "McGovernment", caracterizado pela privatização de serviços, liberalização de regulamentações e de sindicatos, desregulamentação de políticas assistenciais. A isso opõe a emergência de um conjunto de movimentos articulados pela defesa dos comuns, cujas alternativas são construídas por um aprofundamento da participação democrática em estruturas não hierarquizadas de mobilização social (Klein, 2001).

Nos últimos anos, observa-se o crescimento de conflitos ambientais no País. De 2015 para 2016, os conflitos no campo brasileiro aumentaram de 1.217 para 1.536 casos, acréscimo de 26%. Em 2016, 61 pessoas foram assassinadas nestes conflitos, das quais 76% foram Amazônia legal. A criminalização das lutas sociais no campo também saltou com índices alarmantes e o número de pessoas presas cresceu 185% de 2015 para 2016 (CPT, 2017).

Na América Latina, o avanço de práticas neoextrativistas com atividades de mineração acirra o cenário. Apenas no Peru estima-se que o setor responde por quase 80% dos conflitos desencadeados (Lang, 2011). Na Amazônia brasileira, foram contabilizados 1.356 processos abertos de apenas cinco mineradoras em terras indígenas (ISA, 2013, *on-line*). Diversos conflitos são relatados e analisados no campo acadêmico e das organizações sociais (Malerba, 2014).

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, refere-se ao ambiente como “bem de uso comum” para tratar sobre modalidade específica de uso e apropriação de recursos naturais. Sob outro ângulo, um conjunto de estudos latino-americanos, redes e fóruns de movimentos sociais vem caracterizando a defesa de relações ambientais, sociais e econômicas sustentáveis pela gramática de afirmação de relações de comunalidade². Por sua vez, em recente obra, P. Dardot e C. Laval exploram a emergência de uma racionalidade dos comuns em oposição à razão neoliberal, concorrencial e empresarial (Dardot e Laval, 2016; 2017)³. Constituem, ainda, um contrapondo à teoria dos comuns lastreada na ontologia imaterial de A. Negri (Negri e Hardt, 2016). Quais diálogos são possíveis de serem feitos

2 Exemplos recentes podem ser citados como na experiência do Fórum Alternativo Mundial da Água, em 18.03.2018, onde ocorreu o seminário autogestionado “Água como direito humano e como bem comum: estratégias e resistências frente à privatização” e o encontro “Fuera OMC, construendo soberania”, em Buenos Aires, Argentina, 13.12.2017, no qual se emitiu declaração final na defesa de direitos e comuns (Disponível em: <<http://convocatoriaviciva.info/declaracion-final-de-la-cumbre-de-los-pueblos-fuera-omc-construyendo-soberania/>>. Acesso em: 11 dez. 2018).

3 Nesta obra e em textos dos autores, os comuns emergem como princípios de lutas situadas fora da dualidade oposta e hoje hibridizada entre Estado e mercado, entre propriedade pública e propriedade privada, os quais convocam para uma reinvenção da esfera social. Os novos “comuns” beberiam de um conjunto diverso de lutas sociais, com modelos de discussão, deliberação e implementação horizontais, a exemplos dos movimentos de praça e ocupação urbana, de forma que ao termo se acopla uma dimensão de democracia real. Constituem um sentido de ação política e não uma característica intrínseca a determinados bens sociais ou ambientais, concepção essencialista que predominou na classificação jurídica dos bens, embora estabeleçam outros direitos de usos. Nessa perspectiva, particularmente relevante para este trabalho, investigam-se as práticas instituintes desses usos coletivos que não são consumidores ou expropriadores de um bem; tais práticas definem os sentidos dos comuns como relação social e não como o bem em si. O uso torna-se supervisão, manutenção e preservação, atrelado às práticas de democracia profunda, em que as decisões são coletivas, as regras coproduzidas e as consequências coresponsabilizadas (Dardot e Laval, 2016; 2017).

entre essas distintas atribuições de sentidos dos “comuns”? Que princípios instituem essa categoria emergente?

O horizonte analítico imposto por esse problema conduz à compreensão da teoria dos recursos comuns de Elinor Ostrom (1992; 1998; 1999; 2000; 2007; 2011)⁴, consagrada pela bem-sucedida crítica à tese da Tragédia dos Comuns. Neste trabalho, o argumento consiste em demonstrar a insuficiência desse aporte para compreender os novos sentidos definidos para afirmação dos comuns.

Para isso, realiza-se uma revisão crítica da teoria de Ostrom, destacando pontos de influência e disparidade com outras perspectivas conceituais. Assim, o objetivo dessa investigação consiste em revisar criticamente a abordagem da teoria dos recursos comuns para investigar eventuais correlações e distinções com a gramática dos comuns nos marcos de uma racionalidade socioambiental emergente.

O estudo realiza revisão de literatura da categoria de análise, qual seja, os comuns, articulando a teoria de E. Ostrom, com as recentes perspectivas de Dardot e Laval e pesquisadores latino-americanos que estudam os comuns como base para relações entre comunidades e povos tradicionais com o ambiente.

Nos resultados, apresenta-se uma sistematização dessa crítica somada à síntese de proposições que caracterizam a emergência dos comuns enquanto racionalidade ambiental alternativa. Considera-se que a chave de compreensão dos comuns reside em relações de comunalidade situadas e plurais, relacionais e instituintes. Dessa forma, as experiências comunitárias em defesa do ambiente podem anunciar traços característicos dessas relações, como a afirmação do cuidado, da reciprocidade, da interdependência, da incomensurabilidade, da ancestralidade e da diversidade na ação política.

O desenvolvimento do tema ocorrerá em duas etapas, ordenadas em torno de dois campos de estudos eleitos como prioritários para o objetivo desta pesquisa. A primeira consiste em realizar uma breve revisão crítica da teoria dos recursos comuns, para balizar e esclarecer os aportes analíticos,

4 Conforme se desenvolverá nesta pesquisa, esta teoria centrou-se na investigação dos arranjos institucionais relacionados ao governo e manejo efetivos de recursos comuns, articulando quatro esferas de análise: “a) a estrutura do sistema de recursos comuns; b) os atributos e o comportamento do grupo de usuários; c) as regras de acesso e uso que os usuários utilizam para manejar o recurso comum; e d) os resultados obtidos pela adoção dessas regras e pelo comportamento dos usuários” (Cunha, 2014, p. 10).

identificando aproximações e distanciamentos com os sentidos dos “comuns” emergente em mobilizações sociais e na literatura na última década. No segundo momento, procura-se identificar princípios constitutivos dessa gramática de resistência caracterizada pelas relações comunais, em esforço de síntese e sistematização de distintos campos de literatura que abordam o assunto.

1 AS INFLUÊNCIAS DA TEORIA DOS RECURSOS COMUNS: AVANÇOS E INCONVENIENTES

E. Ostrom centrou sua abordagem na análise de manejos coletivos com ênfase nos estudos sobre instituições formais e não formais para responder aos dilemas da ação coletiva, ou seja, os dilemas de superexploração e comportamentos individuais oportunistas em manejos de recursos coletivos. Essa preocupação orientou-se no confronto com os pressupostos da economia tradicional e culminou com sua teoria dos recursos comuns enquanto instituições.

Em sua teoria, “os comuns são instituições que possibilitam a gestão comum, de acordo com regras de vários níveis estabelecidos pelos próprios apropriadores” (Dardot e Laval, 2017, p. 158). Instituições constituem o conjunto de regras práticas aplicadas por um conjunto de indivíduos, sejam regras estatais ou informais (Ostrom, Poreere e Janssen, 2011, p. 36)⁵. O seu critério de funcionalidade das instituições não se atrela ao nível de formalidade ou de competência da autoridade da qual a regra emana, mas sim da sua capacidade de adaptação às mudanças e de regulação de eventuais conflitos internos. Assim, o que Ostrom faz é atrelar o manejo comum a um conjunto de regras práticas, introduzindo uma “concepção *governamental* dos comuns concebidos como sistemas institucionais de incitação à cooperação” (Dardot e Laval, 2017, p. 157, grifo no original).

Esse marco de análise contribuiu para não essencializar os comuns como os bens por si mesmos, revelando que sua caracterização demanda

5 Ostrom aponta como frequentes limites metodológicos a excessiva especialização dos pesquisadores e a escassez de dados sobre as instituições não formais, tão importantes para compreensão dos manejos comuns e dos regimentos proprietários como as regras estatais. Para Ostrom, os “dados compilados por agências nacionais e internacionais não abordam muitas questões na esfera regional e, de maneira geral, não levam em consideração as instituições informais e os atores que não fazem parte da elite. [...] Em parte, a ausência de informações prontamente disponíveis sobre instituições informais, fenômenos regionais, atores à margem da elite e outros objetos reflete a dificuldade de coleta de dados” (Ostrom, Poreere e Janssen, 2011, p. 36).

a investigação das relações concretas de gestão, uso e manejo⁶. A investigação conduz, portanto, à necessidade de estudos de caso com métodos múltiplos em comunicação e troca informais (Ostrom, Poreere e Janssen, 2011). Entretanto, a ênfase na dimensão normativa lança um desafio de reconhecimento da dimensão cultural e valorativa que fundamenta sistemas práticos e simbólicos de grupos sociais.

Para Ostrom, os problemas da ação coletiva são “universais e relevantes” informais (Ostrom, Poreere & Janssen, 2011, p. 42), inseridos nos debates em torno da provisão de bens públicos, da mobilização social e da sustentabilidade do uso de bens ambientais. O conjunto de estudos desenvolvidos pela autora a partir da década de 1980 orbitaram em torno dos pressupostos da ação racional limitada⁷, que não desprezou a influência de elementos contextuais, como a estrutura ecológica do sistema de recursos, a estrutura sociopolítica e econômica de comunidades e uma série de esquemas institucionais, embora estes últimos tenham sido privilegiados em seus esforços investigativos.

Feita esta breve introdução conceitual, necessário estabelecer os principais pontos de influência e de crítica ao marco teórico exposto, eleitos a partir da possibilidade de diálogo com outros sentidos emergentes para a noção de comuns. A crítica à economia tradicional constitui um forte pilar de expansão e influência da autora, ponto de confluência entre os estudos analisados.

6 “Trazendo à tona a dimensão institucional das práticas de gestão dos recursos, ela realiza uma ruptura teórica cuja importância não pode ser subestimada. [...] Contudo, ainda dependente dos quadros naturalistas do pensamento econômico dominante, isto é, considerando que certos recursos exigem, como que por natureza, gestão coletiva. O ‘comum’, nessa economia política institucional, é um qualificativo que se aplica a recursos naturalmente ‘comuns’, os quais, em razão de suas características próprias, são geridos com mais racionalidade pela ação coletiva, do que pelo mercado ou pelo Estado.” (Dardot e Laval, 2017, p. 157)

7 Ostrom incorporou criticamente a elaboração de modelos formais para explicações causais de comportamento em seus estudos sobre a ação coletiva. A um só tempo, rejeitou modelos mecânicos da teoria racional pura, constatando que, para o mesmo estímulo ou problema, é possível resultarem distintos efeitos e sistemas adaptativos, adotando os pressupostos da heterogeneidade causal (Ostrom, 2011, p. 43). Criticou, ainda, o individualismo metodológico e as teorias da ação intencional, embora tenha criado modelos comportamentais que consideravam a influência das decisões do indivíduo, ainda que de forma restrita pela ideia de que eles recebem informações limitadas e estruturadas pelo contexto. Ainda, sua teoria sintetizou modelos sobre os regimes proprietários e conferiu centralidade à análise das instituições (formais e não formais) como condutoras de comportamentos. Para a autora, as escolhas dos comportamentos individuais não ocorrem exclusivamente pelo critério utilitário ou matemático entre custos e benefícios. É preciso considerar as informações recebidas pelos indivíduos em determinados contextos, o nível de comunicação e a confiança que estabelecem entre si, a disponibilidade dos recursos, as tecnologias de acesso disponíveis e outros fatores contextuais. Assim, ela substituiu os modelos de racionalidade ampla por uma proposta de racionalidade limitada, incorporando dimensões de confiança e reciprocidade nas variáveis de análise da ação coletiva (Ostrom, 1998).

1.1 DA TRAGÉDIA DOS COMUNS À REINVENÇÃO DOS COMUNS: A CRÍTICA DA PROPRIEDADE PRIVADA

Investigando a presunção de máxima eficiência da propriedade privada, Ostrom realizou relevante crítica aos pressupostos da economia tradicional comprometida com as conclusões de Hardin (1968, p. 1248) sobre os dilemas da ação coletiva, que sugeriam o oportunismo comportamental e a superexploração dos bens ambientais como intrínsecos ao manejo coletivo. Assim, reafirmavam-se os pressupostos de eficiência da propriedade privada ou a necessidade de modelos estatais centralizados e rígidos de controle do acesso, uso e gestão dos recursos comuns, presumindo a necessidade de autoridades externas para impor regras aos usuários locais, os quais seriam incapazes de manter práticas de comunicação e formulação de normas que viabilizassem o uso sustentável de bens ambientais (Ostrom, 1999, p. 494).

Alguns pontos balizam sua refutação aos pilares da economia tradicional. A ideia de que os usuários locais de recursos comuns são interessados em maximizar os ganhos imediatos foi confrontada pelos estudos sobre eficiência dos manejos comuns em múltiplos regimes proprietários. Os pressupostos de que a criação de regras deve ser feita por uma direção central e que isso seria relativamente simples foram substituídos pela afirmação da complexidade das regras de incentivo e coerção para os participantes da gestão comum (Ostrom, 1998, p. 496).

Do ponto de vista teórico, a tese da Tragédia dos Comuns afirmou a propriedade privada como presumidamente eficiente. Comporta, entretanto, problemas constitutivos. O primeiro, de pressuposto, quando parte da tese de um jogo de indivíduos concorrentes não comunicantes entre si, no qual os participantes buscariam o máximo de exploração individual dos bens comuns disponíveis, o que contraria a observação relatada em estudos de caso (Martins, 2004) e em análises históricas sobre os sistemas comunitários (Luxemburgo, 2015)⁸, além de ignorar a existência de valores e regimentos específico dessas organizações comunitárias e societárias. Assim, a

8 Rosa Luxemburgo mostra os esforços da economia política em essencializar o modo de vista mediatizado pela propriedade privada, localizando e aniquilando as inúmeras e arraigadas experiências de uso e partilha comum. Descrevendo os mecanismos pelos quais se realizou a dissolução das sociedades comunistas primitivas, a autora demonstra a surpresa dos colonizadores europeus com a descoberta da ausência de organização produtiva estruturada na propriedade privada no modo de vida dos povos germanos, eslavos, hindus, kabyles e incas. Além dessa surpresa, a incompreensão da economia política burguesa com a propriedade comum da terra, desqualificada como local, particular, excêntrica, irracional, despreocupada com eficiência e provimento das necessidades coletivas. Essa narrativa, associada ao uso da força para desarticular esses sistemas comuns profundamente enraizados, foram centrais para a naturalização e essencialização da propriedade privada enquanto projeto civilizador (Luxemburgo, 2015, p. 43).

ausência de propriedade privada não implica na ausência de organização do uso, do acesso e da extração dos bens⁹.

O engajamento teórico da perspectiva de Ostrom forja respostas efetivas à Tragédia dos Comuns, sendo esta uma de suas contribuições teóricas mais influentes e que atravessa as distintas perspectivas conceituais sobre os comuns. Nesse sentido, autores que consideram que os comuns consistem em ação política não mercantil, oponível à razão neoliberal, consideram a relevância de a autora ter “evidenciado a confusão de Hardin entre livre acesso total e organização coletiva, ou seja, de ter entendido que os *commons* tinham a originalidade de ser objeto de uma regulação coletiva auto-organizada” (Dardtor e Laval, 2017, p. 157, grifo no original).

Em consequência à crítica da máxima eficiência da propriedade privada, a autora defendeu que a caracterização dos bens comuns conduziria a uma superação dos pressupostos de eficiência e distinção entre público e privado, entre coerção do mercado e coerção estatal. Essa proposta de superação da distinção entre público e privado por meio dos comuns aparece em outras perspectivas teóricas recentes mediatizados por projetos constitucionais à luz da teoria dos sistemas (Gunther, 2010), com as quais não confluímos com seus resultados, embora se reconheça a pertinente crítica tecida em face da autodestrutiva modernidade, da esterilidade das alternativas estatais e da necessidade de democratização dos domínios sociais.

O argumento mais pertinente e que será corroborado pelas emergentes gramáticas em defesa dos comuns consiste em compreender que essa superação entre público e privado não se completa sem questionar os fundamentos que sustentam essa dicotomia, ou seja, sem questionar o regime proprietário e de definição dos termos que definem o que se considera apropriável nas relações sociais. Desse ponto de vista, a crítica de Ostrom encontra-se reduzida aos termos do debate posto por seu oponente, qual seja, definir os regimes proprietários e normativos mais eficientes sem questionar os pressupostos das relações de apropriação.

9 Ostrom questiona a ideia de que a propriedade privada é sempre mais eficiente e defende que não há um modelo institucional fechado de regimes de propriedades, propondo feixes de direitos em regimes divididos em propriedade comum, regimes de acesso aberto, recursos de propriedade comum e base de recursos comuns; esses feixes de direitos fundamentam a classificação dos bens ambientais, realizada sob quatro variáveis: possibilidade de acesso, gestão, exclusão e alienação, para graduar os regimes proprietários (Ostrom e Hess, 2007; Schlager e Ostrom, 1992).

Apesar disso, Ostrom teceu críticas sobre os modelos de regramento centralizados e burocráticos, visibilizando a eficácia de sistemas múltiplos de regras constituídas e fiscalizadas em escala local pelos sujeitos que realizam a gestão coletiva dos recursos. Assim, reconhece que as fontes de direitos são variáveis e que a produção de regras tem íntima relação com as condições locais (Schlager e Ostrom, 1992, p. 254-255). Os seus resultados também consideram que esses sistemas normativos são diversos e variam conforme o contexto, de forma que “nenhuma instituição gera melhores resultados para o recurso e para os usuários em todas as condições” (Ostrom e Hess, 2007, p. 2). Assim, suas conclusões visibilizam organizações sociais em que a cooperação se sobrepõe à lógica concorrencial¹⁰.

Em síntese, seus estudos constituíram um campo de abordagem centrada na análise de manejo de recursos, nas dimensões de acesso, uso e gestão e realizam críticas importantes à apropriação privada da natureza e ao pressuposto de eficiência da propriedade¹¹. As abordagens conduzem a ênfases distintas do problema dos comuns: como o indivíduo adere ao sistema coletivo, como os arranjos de manejo se configuram, como eles se alteram e se adaptam ao longo do tempo, como benefícios, incentivos e sanções potencializam o manejo dos comuns, como se definem as regras de acesso, uso e gestão. “Que variáveis são importantes? Qual a importância relativa das instituições formais, da cultura, da estrutura social ou das instituições informais?”, questiona Ostrom (Ostrom, Poteere e Janssen, 2011, p. 28). Com base nessas perguntas, investigam-se as consequências da abordagem institucional centrada na teoria da ação racional limitada e no individualismo metodológico.

10 Ostrom demonstrou a viabilidade ambiental e econômica dos modelos de gestão e regimes proprietários comuns. Ao estudar práticas de gestão e de uso coletivo, a exemplo das pesquisas sobre o compartilhamento de sistemas de irrigação e de bases de recursos pesqueiros comuns, a autora demonstrou que essas práticas coletivas não só permanecem vivas, como tinham solidez e eficiência. O argumento central de sua proposta consiste em verificar que esses sistemas de manejo, uso e gestão envolvem a existência de múltiplas regras desenvolvidas e adaptadas conforme cada contexto, livres de forças centralizadoras, independentes das práticas estatais ou das normas de mercado. Assim, tais práticas sociais não eram ontologicamente naturais, mas situadas e aperfeiçoadas por mecanismos como o grau de coesão do grupo, a existência de canais de comunicação, o compartilhamento de valores e sistemas de percepção semelhantes, os estímulos e incentivos às práticas coletivas e à presença de sanções e monitoramento local das regras instituídas, sejam essas regras reconhecidas ou não pelo Estado (Schlager e Ostrom, 1992). Estudos contemporâneos sobre relações de comunalidade de povos indígenas no México também concluem pela importância da adaptação para a reprodução das práticas comuns (Zamorra, 2014).

11 Para Mirna Navarro, embora os estudos de Ostrom não tenham um horizonte anticapitalista, possuem importância por comprovar o êxito de experiências comunitárias na gestão coletiva de bens comuns com base na confiança, no acesso à informação e na relação direta entre participantes (Navarro, 2018, p. 13).

1.2 A TEORIA DA AÇÃO RACIONAL LIMITADA E O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO: A RESTRIÇÃO DOS TERMOS DO DEBATE

Observa-se que a teoria dos recursos comuns de Ostrom contém os pressupostos da intencionalidade, racionalidade e individualismo metodológico (Cunha, 2004, p. 14). A questão sobre as variáveis a serem consideradas nos estudos dos comuns funciona como força motriz para revisar criticamente sua teoria e a capacidade de explicar as gramáticas em torno da emergência de uma racionalidade socioambiental que orienta as lutas comunitárias em defesa dos comuns.

Considera-se que alguns limites teóricos dessa abordagem inibem a formulação dos comuns como ação política afirmativa de relações inapropriáveis, fora do marco normativo institucional da racionalidade de acesso, uso e gestão de bens. A prevalência da abordagem institucionalista, centrada na criação de modelos, na análise dos regimes proprietários e no funcionamento das normatividades formais e não formais, trouxe contribuições que, a um só tempo, evidenciaram a sustentabilidade das diversas formas de relações coletivas com o ambiente, mas, por outro ângulo, reduziram as variáveis de análise dos estudos sobre o tema.

Pretende-se, portanto, demonstrar que a teoria da ação racional limitada e o individualismo metodológico trazem consequências para os resultados de pesquisa de E. Ostrom e consiste em um dos pilares de distanciamento com gramáticas emergentes que tecem outros sentidos para os comuns, analisadas na segunda parte deste trabalho.

Em primeiro plano, a opção da abordagem de eleger os dilemas da ação coletiva como problemas de escolhas comportamentais individuais conduziu o debate às variáveis de estímulo, sensação e informação, secundarizando dimensões como as assimetrias estruturais que caracterizam conflitos ambientais e dimensões culturais e valorativas que alimentam e ressignificam de forma múltipla as relações de comunalidade¹².

12 Com essa crítica, não se pretende reduzir a importância teórica do marco analisado. Os experimentos de Ostrom situam os problemas da ação coletiva na observação do comportamento individual. Ostrom não apenas reconhece, mas afirma e valoriza o contexto social em que a ação individual se realiza, correlacionando as influências do contexto e os eventuais limites de propostas universais. Ao contrário de uma redução simplista, a autora defende uma “teoria da organização humana empiricamente validada” com base diversidade metodológica, alternando os resultados de estudos laboratoriais com estudos empíricos de base comunitária verificados em suas pesquisas (Ostrom e Hess, 2007, p. 55).

Com base nessa perspectiva, foram forjadas políticas públicas, ora para reconhecer e incentivar, ora para captar e precificar as redes e relações comunais com o ambiente. Certo que não se pode atribuir tais consequências à Ostrom, cujo conjunto de pesquisas evidenciou os riscos de políticas exógenas, centralizadas e não concebidas com os grupos que realizam os usos locais de recursos comuns, enfrentando a ideia de eficiência da propriedade privada e legitimando a diversidade de sistemas locais de produção de normas de uso e acesso ao ambiente.

Entretanto, vale ressaltar as observações que Michael Goldman vem tecendo em alerta ao trabalho do que chama de “profissionais especialistas em bens comuns”. Nas últimas décadas, estimulados pelas preocupações globais com a proteção dos chamados patrimônios ou bens comuns, agência de investimento, como o Banco Mundial, financiam o trabalho de profissionais para estimularem a criação ou adaptação de canais de negociação entre usuários de água, mercados comuns para pecuaristas, cooperativas e outras instituições de manejos comuns. Assim, constituem-se políticas baseadas na literatura dos comuns, em uma “comunidade epistêmica monotonal dos comuns” (Goldman, 2001, p. 45), desconectadas dos históricos locais.

O autor cita exemplos de países africanos e indianos para retratar a forma com que essa inserção de despossuídos enquanto usuários de bens comuns vem ocorrendo, sob o discurso de tornar mais eficiente a apropriação de recursos ambientais. Em sua análise, um problema nodal dessa “comunidade epistêmica” que se consolidou sobre a narrativa dos comuns consiste em perguntar o que os agentes externos devem fazer na busca de modelos para a gestão dos comuns, sem, contudo considerar as condições locais, produzindo conhecimentos exógenos, padronizados, com baixo rigor sobre os dados, os quais reafirmam perspectivas que convergem em seus pressupostos sobre desenvolvimento e modernidade. Há o uso de modelos formatados em padrões para “explicar” ou “melhorar” práticas locais de uso e relação com o ambiente e tudo aquilo que não é compreendido nestas práticas torna-se uma “ausência” ou “insuficiência” dos próprios povos, e não do conhecimento externo e de suas metodologias de construção (Goldman, 2001, p. 45-47). Assim, os chamados modelos dos comuns vêm funcionando como racionalização de instituições supranacionais no manejo de recursos locais e de ambientes globais sem que se discutam as relações de poder envolvidas.

Portanto, “o efeito não tem sido paralisar praticas destrutivas, mas normalizá-las e institucionalizá-las” (Goldman, 2001, p. 48), inclusive pela desconexão entre as relações locais e globais, entre as práticas de manejo “estimuladas” localmente pelo Banco Mundial e a política macroeconômica que essas mesmas agências impõem aos países do Sul (Goldman, 2001, p. 57).

Uma segunda linha de argumentação consiste em identificar que a forma de retratar o problema da ação coletiva comporta um pressuposto distinto daquele adotado pela recente literatura e experiências comunitárias que defendem relações de comunalidade. Isso porque o problema da ação coletiva é formulado nos termos binários da relação indivíduo-sociedade, antagonizando os polos dessa relação. Ostrom se interessa por explicar os dilemas da ação coletiva como dilemas constituídos e superáveis pelas escolhas de ação individual. A sua perspectiva confere centralidade a saber “quando os indivíduos serão capazes de resolver o problema dos comuns unicamente através da auto-regulamentação¹³ [...] e qual das muitas intervenções estratégicas são efetivas para ajudar a resolver problemas particulares” (Ostrom, 2000, p. 57).

Essa representação binária do mundo, a qual opõe as direções de comportamento do indivíduo em face de seu conjunto social, reflete aspectos do pensamento moderno em que os interesses individuais são opostos ao interesse público ou comum. Estudos envolvendo as representações culturais de povos indígenas e comunidades tradicionais questionam essa oposição entre o sujeito atomizado e seu grupo¹⁴. Os interesses individuais e coletivos não são, necessariamente, facilmente distinguidos, tampouco oponíveis. Ainda, os comportamentos explicam-se muito menos pelo estímulo ou pela sanção à ação individual, e sim por práticas históricas e culturais, as quais estudos de base antropológica oferecem ferramentas de investigação¹⁵.

13 Trata-se, aqui, não da autorregulamentação individual, mas sim da autorregulamentação de grupos que produzem, aplicam e fiscalizam normas não estatais. Porém, o problema ainda permanece situado na relação antagonizada entre indivíduo e seu meio coletivo.

14 É possível, ainda, questionar a dicotomia entre sociedade e ambiente, de forma que em povos originários e tradicionais se encontra a presença de uma ética comunitária, conforme Margarita Flórez faz ao destacar que, em suas pesquisas sobre comunidades e povos tradicionais, não existe a cisão ocidental entre as pessoas e o ambiente, posto que são vistos como seres estreitamente conexos e partes de um mesmo sistema (Flórez, 2008, p. 111).

15 Em outro sentido, não se quer demonstrar que a ação individual gera cooperação automática aos propósitos da ação coletiva, essa aderência apenas precisa ser explicitada por estudos em profundidade sem os limites do individualismo metodológico.

As consequências dos pressupostos atingem as proposições de sua teoria, a exemplo da variável da confiança nos estudos de Ostrom sobre dilemas coletivos. Os seus resultados conduzem à conclusão reiterada de que é necessário ampliar a confiança no comportamento individual como condição de funcionamento dos manejos coletivos¹⁶. Em sistemas sociais coesos, cujos sistemas simbólicos, valorativos e de reprodução social articulam modos de vida que incorporam práticas não mercantis, a confiança emerge como traço constitutivo das relações comunais. Não se discute a importância da variável confiança para o sucesso da ação coletiva, mas sim o polo em que é enquadrada, se como problema do indivíduo que tende a violar as regras locais, ou como traço de coesão de sistemas sociais de base comunitária. Outras questões, como a dimensão estrutural dos conflitos e das injustiças ambientais (Acserald, 2009) aos quais são submetidas tais comunidades, a relação dialética entre os problemas locais e globais e as assimetrias de poder que interditam sua capacidade criativa e adaptativa em face das condições ambientais são problemas mais constitutivos dos regimes de expropriação e expansividade mercantil sobre os comuns¹⁷.

O individualismo metodológico mesclado com a teoria da ação racional limitada direciona o foco investigativo de Ostrom para os regramentos que instituem sanções ou estímulos ao comportamento colaborativo dos indivíduos nas organizações coletivas. Essa perspectiva pode ser pouco útil para compreender as relações comunais de base territorial, ancestral, colaborativa e solidária praticada por povos originários ou tradicionais. Assim, a teoria dos recursos comuns assume uma racionalidade do indivíduo, que não pode ser explicativa da racionalidade ambiental emergente.

16 Da mesma forma, também os dilemas da ação coletiva podem ser acentuados a partir das informações e estímulos recebidos. Nas pesquisas (Ostrom, 1999) se constata que os incentivos de um típico dilema comum foram acentuados porque os usuários locais foram implicitamente informados de que não receberiam benefícios de adotar uma visão em longo prazo em seu uso do recurso. Essa é uma dimensão importante em seu trabalho que o associa a uma base empírica relevante, conectada com as condições reais em que o manejo de recursos comuns ocorre, que incorpora as condições dos usuários, com consequências positivas, como o destaque para a importância de informações públicas para os processos decisórios participativos de planejamento de políticas e a superação da teoria do jogo de atores não comunicativos.

17 Ao tratar sobre as bases de recursos comuns, Ostrom elenca desafios para a ação coletiva e afirma que essa tipologia de recursos compartilha dois atributos de importância para atividades econômicas: primeiro, é custoso excluir os indivíduos de usar o bem através de barreiras físicas ou instrumentos legais; e, em segundo lugar, os benefícios consumidos por um indivíduo subtraem-se dos benefícios disponíveis para outros (Ostrom e Hess, 2007, p. 9-10). A esses desafios deve-se somar o uso e a extração de alta escala por grandes empreendimentos que suscitam conflitos ambientais com comunidades ou grupos que realizam o manejo coletivo e local dos bens ambientais. Em sentido similar, Leroy (2016, p. 28) afirma que os casos estudados por Ostrom são relativamente compatíveis com a economia capitalista, o que não se pode observar na realidade brasileira, em que a existência de povos e comunidades tradicionais é considerada empecilho ao projeto de expansividade do agronegócio e do neoextrativismo e que a própria definição de comuns deve levar em conta as territorialidades desses povos.

Com isso, privilegia-se a ideia de que a razão correta do mundo funda-se em escolhas individuais, coerentes, bem informadas, livres de incertezas, orientadas por critérios de eficiência, de maximização de benefícios e redução de custos, completando um arcabouço teórico moderno que universaliza um sujeito particular e retira do debate público as discussões sobre as métricas e qualidades distintas do que se elege como interesse coletivo, como apropriável e inapropriável – o que só pode ser verificado na ação política.

Os desdobramentos dessa crítica conduzem ao problema de que a perspectiva da ação racional limitada de base institucional não conseguiu evitar que a confusão entre o comum e os bens comuns, o que implica em dois riscos. O primeiro consiste em substituir o comum como relação social pelo comum enquanto bem (serviço ou orçamento público, ar, água, florestas)¹⁸. Considerar os comuns como bens ou recursos ambientais em si despreza a dimensão constitutiva das relações com o ambiente e tende a incorrer em perspectivas ora essencialistas, que definem o bem como um comum por sua natureza intrínseca, ora economicistas, que definem o bem como um comum pelo custo de transação (Herscovici, 2013), a despeito dos esforços de E. Ostrom para “desnaturalizar” essas práticas sociais.

Há, ainda, o risco de fortalecer uma compreensão administrativa dos comuns, tornando-os não apenas os bens em si, mas bens sob gestão estatal ou bens públicos estatais, postos fora do mercado, mas não fora de uma relação de apropriação titularizada e gerida por um ente. Essa racionalidade abre espaço para que a gramática da eficiência possa colonizar as gramáticas do cuidado, da convivência, das crenças sagradas e de outros componentes culturais que substanciam um largo conjunto de relações territoriais e comunais.

Essa literatura, via de regra, não relaciona os dilemas da ação coletiva com uma leitura dos conflitos ambientais e do que o neoeextrativismo vem

18 Denominar os comuns como “bens” parece conter os seguintes problemas: 1. Reforça uma concepção essencialista sobre os comuns; 2. Patrimonializa e despolitiza o processo de sua produção social. Dardot e Lava (2016, *on-line*) afirmam: “É por isso que nos esforçamos para distinguir entre o comum como um princípio político que não precisa ser instituído, mas implementado, e os bens comuns que sempre foram instituídos dentro e através desta implementação. O ponto essencial é que os bens comuns não são ‘produzidos’, mas ‘instituídos’; é por isso que estamos muito relutantes em aceitar a noção de ‘bens comuns’. Parece-nos que o raciocínio tem que ser o inverso: todo comum que é instituído é bom, mas nenhum bem em si é comum. É preciso ter cuidado para não confundir um bem no sentido ético e político (*agathon*) e um bem no sentido de uma aquisição que pode ser trocada e vendida (*ktesis*); todo bem comum é um bem no sentido ético e político, mas é apenas tal na medida em que não é uma aquisição. Uma vez instituído, um comum não é alienável; a partir de então, aparece na esfera das coisas que não podem ser apropriadas, o que significa que ela escapa da lógica proprietária em qualquer forma (privada ou estatal)”.

significando para os países do Sul (Acosta, 2016). Do ponto de vista da Ecologia Política, não basta olhar para as formas institucionais de adaptação dessas comunidades e os dilemas de indivíduos oportunistas, é preciso questionar o que fragiliza a permanência de comunidades tradicionais em seus territórios, como as assimetrias de poder impõem dilemas que restringem o campo de escolhas possíveis dos sujeitos submetidos a processos de vulnerabilização, compreendendo o caráter estruturante na gramática do “desenvolvimento”¹⁹ como imposição de modos de vida.

2 A EMERGÊNCIA DOS COMUNS: PROPOSIÇÕES EM DIÁLOGO

Esta segunda parte da pesquisa apresenta múltiplas propostas do campo da literatura sobre os comuns. Pretende-se verificar linhas de diálogos entre elas que permitam superar desafios da consolidada teoria dos recursos comuns e instituir bases de análise transversais para a categoria dos comuns. Não se cogita formular traços universais que caracterizem as relações comuns; em sentido contrário, reconhecer a multiplicidade de ações concretas consiste em uma das dimensões das racionalidades ambientais emergentes.

2.1 O COMUM DE MÃOS DADAS COM A ECOLOGIA POLÍTICA

Na primeira parte dessa investigação, restou exposto o limite das variáveis dos dilemas da ação coletiva restrita a comportamentos individuais que deram pouca centralidade aos conflitos ambientais de porte estrutural. Assim, a relação entre local e global não foi investigada com fôlego, afetando as conclusões do trabalho de E. Ostrom.

Os estudos das diversas relações com o ambiente impõem a soma de outra perspectiva para análise dos dilemas da ação coletiva, muitas vezes não motivados por ações locais e individuais²⁰. Nesse sentido, a ecologia política trazida por Little emerge como um campo de pesquisa a partir da

19 Na antropologia do desenvolvimento, diversas pesquisas já argumentam pela necessidade de uma revisão crítica das ideias de “progresso”, “crescimento” e “desenvolvimento”, as quais supõem uma linearidade da história, forjando horizontes de expectativas desconectados das experiências do passado. Assim, sublimam-se as faces violentas e arbitrárias da Modernidades, projetando uma gramática de desenvolvimento positiva e universal a ser genericamente aplicada por povos e sociedades (Koselleck, 2006; Sachs, 1998; Schroder, 2011).

20 Corroborando com a crítica, Belotti (2014, p. 47) considera que as soluções propostas por Ostrom funcionam apenas sob condições estruturais que permitem aos usuários elaborar sem interferências suas instituições endógenas. Ainda, afirma que Ostrom não se preocupa com as consequências jurídicas e políticas dos comuns e que sua teoria restringe-se a uma perspectiva puramente econômica – a qual apenas se refere à relação entre os usuários e os bens – sem dar conta de analisar a construção social de um “bem comum”, principalmente nas dimensões dos valores compartilhados e na dimensão simbólica desses bens.

imbricação entre “a ecologia humana nas inter-relações que sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos com conceitos da economia política que analisa as relações estruturais de poder entre essas sociedades” (Little, 2006, p. 86).

Martinez Alier sustenta, por meio da economia ecológica, a existência de um conflito estrutural entre economia e meio ambiente. O autor defende a ecologia política como o “estudo de uma séria de atores, com diferentes níveis de poder e interesses distintos que se confrontam com as demandas de recursos por parte de outros atores em um contexto ecológico particular” (Alier, 2014, p. 339).

Em síntese, a ecologia política privilegia a dimensão distributiva dos conflitos ambientais, e associa os instrumentos culturais de poder às lutas travadas entre distintos interesses de acesso aos bens naturais. Isso não implica dizer que os conflitos ambientais sejam apenas conflitos de interesses, pois também podem se configurar como conflitos de valores, cosmovisões, racionalidades e modos de vida.

A chegada de grandes projetos de desenvolvimento, muitas vezes, desencadeia conflitos que “surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (Zhourri e Laschefski, 2010, p. 4). Trata-se de distintas formas de se apropriar e reproduzir a vida em um território, revelando também o antagonismo entre projetos de futuro, esses baseados em racionalidades distintas, em que relações de base comunal se confrontam com projetos de expansividade da privatização do ambiente.

Para Martinez Alier, tomando pelo ponto de vista da ecologia política, “o enfrentamento entre o crescimento econômico, a iniquidade e a degradação ambiental deve ser analisado nos marcos das relações de poder” (Alier, 2014, p. 356). Sob o aporte teórico da ecologia política, pode-se compreender os riscos ambientais como constructos de processos de injustiça ambiental, articulando dimensões locais e globais caracterizadas por assimétricas relações de poder. Essa perspectiva reinventa os aportes da teoria da ação racional limitada e informada²¹ e caracteriza uma das proposições de aproximação entre campos de estudo desta pesquisa.

21 Ostrom considera diferença de posições (hierarquia) entre apropriadores, considera distinções de acesso e tecnologias utilizadas, mas não confere centralidade explicativa para os aspectos referentes às posições de poder dentro e fora do sistema comunitário.

2.2 Os COMUNS COMO RELAÇÃO SOCIAL

Outra síntese pertinente consiste em distinguir a conceição de comuns enquanto bens ambientais por si, o que conduz a uma gramática de classificação de coisas apropriáveis, própria dos modelos normativos.

P. Dardot e C. Laval alertam que é preferível promover o uso substantivo ao falar *do* comum em vez de reduzir o comum a um adjetivo qualificativo de “bens”. Assim, “o comum exprime acima de tudo a dimensão do indisponível e do inapropriável” (Dardot e Laval, 2015, p. 11), de forma que nada em si mesmo pode ser definido como um comum a não ser diante das práticas sociais que são desenvolvidas concretamente²².

O comum, portanto, não é qualidade intrínseca aos bens²³ ou espécie de sua tipologia. Não é seu aspecto patrimonial, não é o bem²⁴ visto como utilidade ou benefício, como mercadoria, suscetível de apropriação. Caso contrário, não haveria revisão crítica da base ética que funda a economia sob a qual todas as coisas e relações são passíveis de apropriação e consumo, reduzindo o debate ou os custos de eficiência de se privatizar um bem, ou as possibilidades tecnológicas de se inserir no mercado ou nos bens públicos estatais elementos como fontes de água, clima, ar e conhecimento.

Em consequência, sob este marco, o qual se revisa criticamente, os bens públicos não seriam aqueles titularizados pelo Estado como falhas de mercado, caracterizados por serem bens exclusivos e não rivais. A concepção aqui defendida alinha-se às perspectivas de Ostrom, Dardot e Laval, e dos estudos latino-americanos, as quais compreendem os comuns, a partir de sua diversidade e particularidades, como resultado de práticas instituin-

22 Leroy (2016) e Florez (2008) mesclam, ao se referir aos comuns, uma abordagem relacional com uma perspectiva de que, no fundo, tratam-se das formas de propriedade comuns estabelecidas por povos e comunidades tradicionais em seus territórios, enquanto a perspectiva de P. Dardot e C. Laval (2017) procura retirar os comuns do campo da propriedade privada, pública ou coletiva, apostando na ausência de uma ontologia dos comuns e na superação de sua forma pela instituição, para afirmar os comuns como base e produto de relações políticas não mercantis que coproduzem regras e fundam-se em práxis instituintes compartilhadas e intencionais.

23 “No campo jurídico, os bens são definidos como coisas apropriáveis. Na economia padrão, um bem econômico é visto como tal pela satisfação da necessidade que possibilita, pelo tipo de consumo a que está relacionado e, conseqüentemente, pela lógica de sua produção, comercial ou não. Portanto, o comum é uma propriedade dos bens, e não das instituições. Ora, os comuns não são redutíveis aos bens comuns.” (Dardot e Laval, 2017, p. 148)

24 Compreender a expressão “bens comuns” em um sentido literal leva, primeiro, a estabelecer uma classificação de bens (bens privados, bens públicos, bens comuns), de acordo com critérios relacionados à sua natureza intrínseca (Dardot e Laval, 2016). O uso da expressão bens serve, ainda, para referir-se a elementos patrimoniais, de forma a designar todos os elementos que compõem o patrimônio de alguém, abrangendo as coisas materiais e imateriais, seus direitos e tudo quanto for suscetível de apropriação (Flórez, 2008, p. 113).

tes não redutíveis aos bens em si e, ainda, que potencializariam governos compartilhados por processos profundos de deliberação e decisão não restritos ao Estado.

Embora aqui não se adote a teoria da ontologia imaterial, há também aproximações com A. Negri, ao abordar os princípios instituintes dos comuns como “base e meta das lutas – não só o comum como um fato dado, como a terra ou os recursos naturais, mas também, e mais importante, o comum como um resultado, como as redes de relações sociais ou formas de vida” (Negri e Hardt, 2016, p. 138).

2.3 O COMUM COMO RELAÇÃO E PRÁTICA NÃO MERCANTIL

Compreender o comum do ponto de vista relacional conduz a situá-lo em práticas sociais construídas, as quais se baseiam – embora de forma intercambiada – em pressupostos distintos da ação competitiva e privatizante. Trata-se de uma categoria crítica e anticapitalista. Pesquisadores do Sul global vem afirmando que o comum existe como negação do capital e expressa a incapacidade das relações capitalistas de mercantilizar tudo (Navarro, 2014, p. 165). Os comuns como possibilidade de ressignificação das relações de sociedade e natureza também se enunciam em outros autores como sistemas não mercantilizados de produção, os quais “oferecem opções de sobrevivência criativas em tempos difíceis e ao mesmo tempo possibilitam às pessoas resistir efetivamente à destruição do desenvolvimento, crescimento econômico e expansão capitalista” (Guttal e Manahan, 2018, *on-line*).

Em contraposição aos bens comuns de domínio do Estado, ou à lógica em si de apropriação e definição dos bens como mercadorias, constrói-se também a perspectiva dos comuns como “*lo nuestro*”, aquele reivindicado por povos indígenas e comunidades tradicionais em que se teriam responsabilidades mútuas entre comportamentos, baseados em uma ética de solidariedade e reciprocidade, equilíbrio e cooperação, estabelecida fora dos marcos de privatização do mercado (Flórez, 2008, p. 114).

Seguindo a perspectiva apontada por estudos sobre conflitos socioambientais no México, as comunidades indígenas e tradicionais em resistência articulam-se por modos de vida não predatórios, os quais produzem novas subjetividades políticas ligadas aos vínculos territoriais. Essas subjetividades forjam-se em construção coletiva baseada por uma política de autonomia,

local, conjugada com o fazer cotidiano, que enfatizam a reapropriação das capacidades políticas dessas comunidades (Navarro, 2014, p. 165).

Essas experiências realizam políticas não estatais que estabelecem relações sustentáveis com a natureza mediante a confiança, a reciprocidade, a cooperação e a comunicação (Navarro, 2014, p. 167). Não se pretende caracterizar tais relações apenas por suas dimensões positivas, haja vista que apenas os estudos empíricos podem apontar suas eventuais contradições. Aqui, objetiva-se identificar os traços constitutivos gerais dessa gramática dos comuns. Em linhas de diálogo entre as perspectivas, contata-se a valorização da confiança, reciprocidade e comunicação como elementos caracterizadores das práticas que instituem os comuns, adicionados de uma abordagem relacional do conceito e da valorização das relações territoriais.

2.4 0 COMUM ENQUANTO RACIONALIDADE AMBIENTAL E AÇÃO POLÍTICA INSTITUINTE

Emerge dessa compreensão que os comuns são relações constituídas e constituintes de uma racionalidade ambiental não mercantil, a qual pode ser descrita como uma racionalidade-emotividade que retrata um tipo específico de metabolismo social, baseado na interação, reciprocidade e coabitação com o ambiente, em que a produção do comum ocorre na cooperação e na complementariedade com a natureza, da qual emergem sentidos e cosmovisões (Navarro, 2018, *on-line*).

Um dos traços característicos dessa racionalidade consiste nas práticas de reciprocidade. Essa noção de reciprocidade não consiste em um dado inerente de determinadas comunidades. Trata-se de construção social a ser observadas em práticas concretas de trocas não mercantis. E. Ostrom (1998) valorizou as evidências de que os grupos que realizam manejos de bens comuns de forma sustentável aprendem normas de reciprocidade em situações de comunicação na qual possam enfrentar os dilemas da ação coletiva. Reciprocidade seriam práticas de cooperação em que bens, valores ou o próprio trabalho sejam intercambiados sem a presença de trocas mercantis.

Pesquisa sobre manejos de caráter multifuncional da agricultura no semiárido identifica práticas de reciprocidade como o autoconsumo, a redistribuição, a ajuda mútua, a realização de mutirão, entre outras (Sabourin, 2010a; 2010b). Seriam práticas de solidariedade econômica, facilitadas por organizações que fortalecem práticas de troca não mercantil. Eric Sabourin, neste trabalho, utilizou “o princípio de reciprocidade como um desdobra-

mento da ação ou da prestação motivado pelo interesse pelo outro, pelo coletivo, como sentido da sua própria existência na humanidade” (Sabourin, 2010a, p. 154).

Nesse sentido, há uma adequação entre os estudos dos casos de sua pesquisa, os quais investigavam práticas multifuncionais e de reciprocidade, com origem comunitária, posteriormente reconhecidas e fortalecidas por políticas públicas estatais, e uma das conclusões da aprendizagem institucional de Ostrom, segundo a qual essas práticas dependem de regras, soluções e adaptações concretas, não sendo inerentes a essência dos sujeitos sociais. O autor, porém, incorpora uma dimensão da ecologia política quando destaca a “interface entre o local e o global, o mundo da reciprocidade e aquele do intercâmbio capitalista” e tece uma advertência importante: “As regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas, e sua reprodução está sendo comprometida pelo domínio cada vez maior da troca sobre as relações sociais” (Sabourin, 2010a, p. 160).

P. Dardot e C. Laval, investigando a emergência de racionalidades oponíveis à razão neoliberal, percebem na caracterização dos comuns um “elo estreito entre a norma de reciprocidade, a gestão democrática e a participação ativa na produção de certo número de recursos” (Dardot e Laval, 2017, p. 160). Os comuns podem ser descritos como processos de ação política contínuos, abertos e plurais, fruto de decisões compartilhadas, os quais, recusando a perspectiva proprietária, constituem-se como produtos de práxis fundadas em deliberações participativas.

Essa dimensão de refundação de uma democracia real também é frequente em estudos latino-americanos ao se referirem à gestão participativa na elaboração dos comuns, de forma que se formula o próprio conceito como uma recomposição entre o indivíduo e o seu meio social e natural, valorizando as relações interpessoais, a experiência, a alteridade e a capacidade de decisão dos cidadãos (Belotti, 2014, p. 47)²⁵.

O debate situa-se, portanto, em torno de práxis plurais e conscientes. Para os autores, trata-se sobremaneira de questões de instituições e de sistemas de governo horizontais e participativos. Não significa que sejam siste-

25 Apesar das confluências já apontadas ao longo do texto com a referida autora, cumpre destacar que a referência utilizada parece abordar os comuns mais como os bens (com finalidade e sob relações específicas) do que a ação política e relacional em si, quando afirma que se tratam de recursos que pertencem a todos, faz referência a uma “titularidade difusa” para esses bens, afirma que são coisas com finalidades específicas, ainda que conclua que os “bens comuns” estão fora da dicotomia público-privado, o que, sob seu entendimento, excluiria uma perspectiva de propriedade.

mas de governança integralmente harmoniosos, haja vista que o conflito é tido como nuclear para essas práxis que instituem os comuns por meio da “coprodução de regras de direito por um coletivo” (Dardot e Laval, 2015, p. 11).

Nos estudos sobre comunidades e povos tradicionais, observa-se a pluralidade de modos de discutir, deliberar e decidir. Esses modos podem, ainda, conviver com regimes ancestrais e instâncias deliberativas da comunidade baseadas em suas crenças, seus valores e sua cultura, não sendo uma reprodução dos ditos movimentos de praça horizontais ou de ocupação urbana.

2.5 Os comuns como realidades culturais passíveis de múltiplas caracterizações

Olhar para as relações sociais concretas conduz à investigação sobre a produção de valores sociais, motivo pelo qual as dimensões culturais e simbólicas não podem ser obscurecidas pela dimensão institucional da análise dos comuns.

Pesquisas da Universidade Nacional do México apontam a perspectiva da comunalidade para explicar que essas práticas emergentes também pressupõem sujeitos com cultura, historicidade e territorialidades próprias, os quais geram sentidos e funcionalidades específicos aos sistemas produtivos locais, que, por sua vez, configuram um campo de debates para compreensão sobre culturas, práxis e autonomia comunitária (Zamorra, 2014).

Em estudos sobre os povos Oaxaca no México, identifica-se que os hábitos, as rotinas e os sistemas de normas estão enraizados nas trajetórias históricas e, portanto, em uma cultura e práxis social preexistente. No campo teórico, propõem-se eixos para ajudar a ampliar a compreensão sobre os espaços produtivos comunais, sendo esses eixos a gestão social produtiva, a racionalidade socioambiental que lhe fundamenta, o trabalho cooperativo e as práticas de reciprocidade (Zamorra, 2014, p. 146).

Essa racionalidade se consubstancia nas práticas extrativas comunitárias que não levam à sobre-exploração do ambiente e de relações sociais mediadas por elementos de uma “cultura regional indígena ancestral” (Belotti, 2014, p. 42). Assim, o trabalho opera-se por diferenciações de funções alternadas e decididas coletivamente, possuindo aspectos de reciprocidade, solidariedade e redistribuição do excedente.

No Brasil, redes e articulações de comunidades e movimentos sociais²⁶ reivindicam a emergência de um sentido de comuns que articula múltiplas dimensões de sentidos sociais. As mobilizações em defesa das águas ilustram isso. Questionados sobre os sentidos das águas para seus territórios, lideranças sociais articulam as noções de comum, vida, sagrado, direito, ecossistema e saúde.

A água, além do ser... Do bem comum, ela é muito mais que isso. Os quilombolas do Maranhão falam assim: “Se a água acabar, acabam os nossos orixás”. Então, acaba a nossa religião. [...]. [Liderança A]

É aquela água que nossos avós nos banharam no mar, aquela água que nos refresca no verão, aquela água que traz nossos sustento, aquela água que traz a vida, aquela água que possibilidade hoje a gente navegar. Então, a importância da água para nós pescadores artesanais da baía de Guanabara é a mesma coisa da importância da própria vida, do próprio fôlego que nós temos no nosso corpo. [Liderança B]

Pesquisas realizadas (Montezuma, 2015, p. 307) com comunidades camponesas no sertão central cearense em conflito com projeto de mineração de urânio e fosfato evidenciam a representação de bens ambientais, como as águas, enquanto fonte de saúde, como benção e como espaços de lazer. Essas dimensões culturais, tantas vezes desprezadas nos estudos da teoria dos recursos comuns, valoram múltiplos sentidos para o ambiente e são fundantes de relações de cuidado e convivência.

Afirmando que a água é um direito, estudos em comunidades quilombolas atingidas por empreendimentos minerários também destacam essas múltiplas relações sociais com as águas, em que rios e igarapés são fontes de acesso de água para beber, cozinhar, fazer uso para higiene pessoal, garantir segurança alimentar por meio da pesca, funcionar como meio para transporte e acesso à diversas localidades. Além desses usos, são nas águas que mulheres e crianças socializam, jovens mantêm espaços de lazer, sendo constitutivos das dimensões sociais e simbólicas do território (Andrade, 2018, p. 26).

Esse conjunto de dimensões exemplificado *supra* revela uma crítica profunda à ideia de que todas as relações humanas são mediatizadas por regimes de apropriação mercantil. Nesse sentido, parcela de juristas nacionais

26 No caso, refere-se à observação participante e realização de oficinas com lideranças de comunidades componentes da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, provocadas a refletirem sobre os sentidos das águas e dos comuns para seus territórios e modos de vida.

vem ensinando sobre os processos sócio-históricos e jurídicos por meio dos quais a terra se transformou em mercadoria e, por consequência, em propriedade, transferindo-a para quem não detinha o uso. Assim, em paralelo às formas jurídicas instituídas para regular o acesso à terra, distintos modos de vida e de organização societária se constituem e percebem no componente ambiental a fonte de alimento, alegria, mitos, cultura e vida (Mares, 2010, p. 197).

Essa promoção da vida também constitui um pilar para se pensar os comuns e as relações com o ambiente de comunidades e povos tradicionais. Nesse sentido, as propostas de alternativas compartilham entre si princípios também comuns, em que se propõe substituir a concorrência pela colaboração, valorizando a convivencialidade, a autonomia, a autogestão, a diversidade, a solidariedade e a reciprocidade (Acosta, 2016, p. 34), caracterizando uma emergente racionalidade ambiental para a ressignificação dos comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de experimentos que embasaram a teoria dos recursos comuns procuraram identificar variáveis e estabelecer um conjunto de princípios que respondam aos dilemas da ação coletiva e dos comportamentos oportunistas em situações de interação e interdependência entre indivíduos. Essa abordagem contribuiu para visibilizar experiências múltiplas de manejo coletivo de bens ambientais, desconstruindo o ideário sob o qual a propriedade privada constituiria o regime de apropriação eficiente contra os dilemas da ação coletiva.

Essa perspectiva, entretanto, limitou as variáveis de análise do campo e incorreu em alguns problemas, entre os quais se pode mencionar: a pouca articulação entre as dimensões locais e globais, a ênfase em modelos institucionais em relação às práticas culturais e simbólicas para os manejos comuns e a concepção binária que antagoniza o indivíduo de seu meio social. Em consequência, o horizonte de preocupações centra-se nos problemas do comportamento individual e os resultados das pesquisas conduzem a princípios de estímulo ou sanção aos indivíduos.

Há uma relevante conceituação dos comuns como instituições de base cooperativa, cujas regras são tecidas localmente e se tornam mais eficazes quanto mais sejam construídas em situação de comunicação entre os membros participantes e flexíveis para futuras adaptações. Entretanto, nem

as práticas culturais nem a ação política horizontal, plural e instituinte de processos decisórios participativos foram eleitas com centralidade em sua definição dos comuns, formulada nos termos da economia liberal.

Em outra face, discutir o inapropriável e as relações concretas de comunalidade tem ocupado um conjunto de estudos de pesquisadores que reivindicam a emergência de outros sentidos para os comuns. Da mesma forma, experiências de mobilizações sociais reivindicam a defesa dos comuns como base para proteção do ambiente.

Essa emergência do comuns, como racionalidade ambiental, ainda demanda caracterização e aprofundamento teórico. Uma das contribuições aqui realizadas consiste em afirmar que pode haver uma aproximação do campo com a ecologia política, na medida em que ambas articulam problemas locais com questões estruturais globais relativas aos modelos de desenvolvimento e políticas econômicas.

Ainda, constata-se que essa categoria emergente expressa não apenas a sobrevivência, mas também a capacidade criativa de práticas sociais diversas e constitui-se no marco de relações sociais concretas, não mercantis, embasadas em vivências culturais passíveis de múltiplas caracterizações.

Os comuns, mais do que uma categoria jurídica ou um regime proprietário, consiste em produção coletiva que articula modos de vida e de resistências criativas em cenários de intensa conflitividade movida pelo avanço da racionalidade neoliberal cumulada com economias neoextrativistas. Portanto, não se pretende forjar um conceito universal. Essa enunciação comporta um projeto de diversidade que não nega o dissenso e os conflitos como constituintes da riqueza da vida social.

Assim, os comuns no mundo hoje persistem invisibilizados no cuidado que as comunidades tradicionais realizam com seus territórios, nas trocas e na economia lastreada no valor de uso, na solidariedade na gestão do tempo, nas tarefas de cuidado e nas partilhas dos frutos do trabalho em organizações locais, na produção livre e distribuída de afeto, de criatividade e de saberes. Aqui, considera-se que pensar os comuns a partir das resistências criativas dos povos do Sul Global justifica-se como opção que visa irromper com as hierarquias da Modernidade, olhando para o conjunto de diversidades que foram tidas como inexistentes ou incapazes de enunciar o mundo.

Trata-se, portanto, de olhar para a possibilidade criativa situada nos aprendizados que mostram a afirmação do cuidado, da reciprocidade, da interdependência, da incomensurabilidade e da diversidade na ação política dos povos e das comunidades.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

ACSERALD, Henri; BEZERRA, Gustavo das Neves; MELLO, Cecília Campello do Amaral. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANDRADE, Lucia Mendonça Morato. *Antes a água era cristalina, pura e sadia: percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018.

BELOTTI, Francesca. Entre bien común y buen vivir. Afinidades a distancia. *Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 48, p. 41-54, enero 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório Anual de Conflitos no campo*. CPT, 2017.

CUNHA, Luis Henrique. Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais”. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 10-26, jan./dez. 2004.

DARTOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. *Scielo*, v. 27, n. 1, 2015.

_____; _____. The Common: na essay on the 21st-century Revolution. In: *Integration – Disintegration – Nationalism. Transform!* Edited by Walter Baier, Eric Canepa and Eva Himmelstoss Merlin Press Ltd (www.merlinpress.co.uk), 8 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.transform-network.net/cs/publications/sbornik/overview/article/yearbook-2016/the-common-an-essay-on-the-21st-century-revolution/>>.

_____; _____. *Comuns: ensaio sobre a Revolução no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

FLÓREZ, Margarita. Lo público, lo común? O lo nuestro, lo de todos! In: HELFRICH, Silke (Comp.). *Genes, bytes y emisiones: Bienes comunes y ciudadanía*. Fundación Heinrich Böll, 2008.

GOLDMAN, Michael. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p. 43-78.

- GUTTAL, Shamali; MANAHAN, Mary Ann. Comuns, a nova fronteira da luta anticapitalista. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/569111-comuns-a-nova-fronteira-da-luta-anticapitalista>>. Acesso em: 5 nov. 2018.
- GUNTHER, Teubner. Societal Constitutionalism and the Politics of the Common. *Finnish Yearbook of International Law*, v. 21, 2010.
- HARDIN, Garrett. The Tragedy of the commons. *Science*, v. 162, Issue 3859, p. 1243-1248, 13 dec 1968.
- HERSCOVICI, Alain. Escolha coletiva, governança e direitos de propriedade: uma análise econômica dos *commons*. *Nova Econ.*, v. 23, n. 1, 2013.
- ISA. Mineração em terras indígenas na Amazônia, 2013. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/publicacoes/mineracao2013_v6.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2017.
- KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. *New Left Review*, v. 9, p. 81-89, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *Passado futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006.
- LANG, Miriam Lang; MOKRANI, Dunia (Org.). Mas allá del desarrollo. Fundacion Rosa Luxemburg, 2011. Disponível em: <http://www.rosalux.org.mx/docs/Mas_alla_del_desarrollo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- LEROY, Jean Pierre. *Mercado ou Bens Comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental*. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), 2016.
- LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A sociedade comunista primitiva e sua dissolução*. 1. ed. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.
- MALERBA, Juliana (Org.). *Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral*. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), 2014.
- MARES, Carlos Frederico. Função social da propriedade. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). *Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná*. Curitiba: ITCC, 2010.
- MARTINEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MARTINS, Pedro Sergio Vieira et al. O direito de propriedade ressignificado por quebradeiras de coco babaçu: a atualização da experiência no uso comum de recursos em uma comunidade tradicional. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 38, n. 2, 2004.

MONTEZUMA, T. F. P. F. Licenciar e silenciar: análise do conflito ambiental nas audiências públicas do Projeto Santa Quitéria/CE. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2015.

NAVARRO, Mina Lorena. Luchas por lo común contra el renovado cercamiento de bienes naturales en México. *Bajo el Volcán*, año 13, n. 21, 2014.

_____. Claves para repensar el despojo y lo común desde el marxismo crítico! No prelo. In: Instituto de Investigaciones Sociales (Org.). *La Crisis, el Poder y los Movimientos Sociales en el Mundo Global*. México, 2018. Disponível em: <<https://horizontescomunitarios.files.wordpress.com/2016/09/navarro-claves-para-repensar-el-despojo-y-lo-comun.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

NEGRI, A.; HARDT, M. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

OSTROM, Elinor; SCHLAGER, Edella. Property-rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. *Land Economics*, 68(3), August 1992. Disponível em: <http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3857/Schlager_and_Ostrom--Property_Rights_regimes_and_natural_resources_a_conceptual_analysis.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 ago. 2018.

OSTROM, Elinor. A behavioral approach to the rational choice theory of collective action. *The American Political Science Review*, v. 92, n. 1, 1998.

_____. Coping with tragedies of the commons. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 1999.

_____. *El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

_____; HESS, Charlotte. *Private and Common Property Rights*. Indiana University, Bloomington: School of Public & Environmental Affairs Research Paper nº 2008-11-01, 29 november 2007.

_____; POTEETE, Amy R.; JANSSEN, Marco A. *Trabalho em parceria – Ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos*. Trad. Rogério Bettoni. São Paulo: Editora Senac, 2011.

SABOURIN, Eric. Multifuncionalidade e relações não-mercantis: manejo de recursos comuns no Nordeste. *Caderno CRH*, Universidade Federal da Bahia: Salvador, v. 23, n. 58, 2010a.

_____. Manejo de recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. *Sustentabilidade em Debate*, v. 1, n. 2, 2010b. Disponível em: <<http://seer.bcc.unb.br>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

SACHS, Ignacy. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Rev. de Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, 1998.

SCHRODER, Peter. Antropologia e “desenvolvimento”: balanço crítico de uma relação problemática. *II Conferência do Desenvolvimento Code*, 2011.

ZAMORRA, José Gasca. Comunalidad y gestión social de los recursos naturales en la Sierra Norte de Oaxaca. In: PIMENTEL, Boris Marañón (Coord.). *Buen vivir y descolonialidad: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales*. 1. ed. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos ambientais*. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – Gesta/UFMG, 2010.

Data de submissão: 11.01.2019

Data de aceite: 10.04.2019